ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2006

ACTA Nº 07

Aos nove dias do mês de Maio de dois mil e seis, pelas 21,25 horas, no Cine Teatro São João em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2006

2 – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município de Palmela para o mandato 2006/2009

3 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da AGENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Luis Calha da CDU
- Sr. Engº. Carlos Martins do PS
- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira do PS
- Sr. Faustino Santos do PS

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira do PS, justificou falta à sessão por motivos profissionais, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir por José Manuel da Cruz Silvério que se encontra presente.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público pelo que de imediato dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – 1ª. Revisão ao Orçamento 2006 e Grandes Opções do Plano 2006/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara ser quer aduzir algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, diz que está à disposição e que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Dr. Bracinha de Vieira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Refere que tal como foi dito na altura de aprovação do Orçamento, um Orçamento de cinquenta milhões de euros, e agora que o saldo de gerência foi apurado e contabilizado, parece-lhe suficiente para executar uma politica municipal adequada e com visibilidade desde que os objectivos estratégicos que a politica orçamental serve sejam bem definidos e que sejam bem visíveis. Este Orçamento é um Orçamento confortável. Solicita à Sra. Presidente uma breve explicação sobre o forte aumento da dotação com a rubrica Outros Trabalhos Especializados e Transportes. Em relação a todos os outros reforços e anulações não tem qualquer objecção porque lhe parecem corresponder a prioridades que sufragam como boas. Termina fazendo uma referência para a questão da contenção da despesa com pessoal porque com esta alteração orçamental vem ao de cima uma massa salarial muito elevada com a qual tem que se lidar com uma gestão mais dinâmica e mais curial dos recursos humanos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta cumprimentos. A posição do Partido Socialista sobre esta matéria foi objecto de um estudo aprofundado e debate aceso e não deixa dúvidas através da postura dos seus Vereadores sobre a forma como a Sra. Presidente entende gerir a coisa pública de Palmela. É o entendimento da CDU que não é o do PS, o que decorre da democracia infelizmente para Palmela. Esta situação faz-lhe lembrar uma situação semelhante ocorrida há cerca de oito anos no mandato do Sr. Carlos de Sousa. A forma como a CDU elabora os seus orçamentos é recorrente ao longo destes 30 anos de vigência da CDU/PCP. É a triste sina que o Concelho tem tido, mas dentro do jogo democrático temos que o aceitar. Não nos queremos eximir de facto à nossa posição crítica ao despesismo, à falta de rigor orçamental nomeadamente em 2005. Refere que em 2005 o Orçamento inicial reportava-se a mais ou menos

seiscentos mil euros e terminou num milhão de euros, em horas extraordinárias. Em 2006, o Orçamento aparece com trezentos e sessenta e um cento e trinta euros que acharam notável pelo esforço de contenção e de rigor que vai de encontro ao momento de crise em que todo o país vive. Entretanto nesta primeira revisão já vamos em oitocentos e sessenta e dois mil cento e trinta euros. Neste momento só falta cento e quarenta mil para se chegar ao valor final de 2006, pelo que pensa que a mesma será ultrapassada este ano. Não se querendo alongar muito mais, gostaria de referir o acréscimo substancial nos Trabalhos Especializados o que os preocupa porque os mesmos não estão discriminados. Em relação aos Transportes há um acréscimo de trezentos e dez mil euros, mas pensa que há um esforço acrescido relativamente aos transportes escolares pelo que solicita esclarecimento da Sra. Presidente.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz ser sua profunda convicção de que metade do que a Câmara Municipal de Palmela gasta em publicações, publicidade, marketing a promover a autarquia daria a felicidade das nossas freguesias e dos seus respectivos Presidentes. Quando consultou o presente documento ficou com curiosidade para verificar como e onde estavam classificadas e descriminadas estas despesas. Refere uma declaração da Sra. Presidente da Câmara acerca da contenção de despesas e da entrega directa nas caixas de correio do Boletim Municipal. Espera sinceramente que esta contenção não seja só em anos que não há eleições, pelo que estaremos cá todos em 2009 para ver as contenções da Sra. Presidente da Câmara nesta matéria. Em seu entender estes custos só poderão estar nas classificações orçamentais em Outros Serviços ou então em Outros Trabalhos Especializados. Com esta actividade só de papel de promoção de actividades, a autarquia gasta mais de trezentos mil euros. De notar que nesta verba não estão contabilizados os valores gastos com os projectos de acção de divulgação de iniciativas de animação turística, que custa cento e quarenta e sete mil novecentos e cinquenta e oito euros, planificação de espaços verdes e outros, publicidade obrigatória, exposições e comemorações ou outros projectos de cooperação, etc. Como nota final gostaria de referir que esta proposta de reforço orçamental permitirá entre outras acções a ampliação e beneficiação da escola básica JI de Cajados, pelo que solicita a atenção para que não esquecessem o que diz a Carta Educativa na sua síntese espacial (pag. 28) porque só assim se poderá desactivar outras escolas com poucos alunos e passá-los para este núcleo. Esta referência é feita porque a Câmara Municipal de Palmela conhecia o documento da Carta Educativa que estava a ser elaborado desde 2001, e quando em 2003 o ministro David Justino considerou a hipótese de fechar as escolas de Forninho e Aroeira necessitava de haver dois núcleos, sendo a de Poceirão um deles. Apesar de saber isto a Câmara remodelou e ampliou a escola de Poceirão, não ligou ao que estava na Carta Educativa, gastou cerca de cento e vinte mil contos tendo ficado à mesma com duas salas de aula. Com mais cinquenta ou sessenta mil contos teria aumentado a escola para quatro salas de aula e aí já poderia pensar em fechar as outras duas escolas. Espera que na Marateca quando fizerem a remodelação e ampliação da escola tenham o cuidado de respeitar o que está na Carta Educativa para que no futuro quando um governo quiser fechar uma escola não o possa fazer porque a Câmara atempadamente não criou o núcleo que estava previsto na Carta Educativa. Todos conhecemos a Carta Educativa, pessoalmente bateu-se durante quatro ou cinco anos para que fosse dada a conhecer, e só agora

foi aprovada apesar de desde 2001 já ser considerado o núcleo de Cajado e o núcleo de Poceirão.

Sr. Faustino Santos do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21, 40 horas.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente para esclarecimentos.

Sr. Luís Calha da CDU, inicia participação nos trabalhos pelas 21, 50 horas.

Sr. Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos. Em relação às questões concretas que foram colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia diz que:

- a verba de reforço dos transportes destina-se a suportar reparações na frota. Existem actualmente alguns problemas significativos que decorrem dos anos que algumas viaturas têm, e por isso há necessidade de reforço da frota no seu todo e também de adaptação da frota, nomeadamente para fazer face às obrigações legais em matéria de transportes escolares. Supõe que a interpelação feita fosse referente à verba de trezentos e sessenta mil euros, sendo que trezentos e dez mil euros serão para suportar o pagamento de transportes escolares. Anualmente são gastos cerca de setecentos e cinquenta mil euros para transportes escolares, que significa não só o custo directo mas também os pagamentos das vinhetas às transportadoras.

- em relação aos Outros Trabalhos Especializados, esta designação decorre da lei e não é a Câmara Municipal que a escolhe. Significa, por exemplo, que da verba dos quatrocentos e setenta e três mil euros que aparecem reforçados quatrocentos e cinquenta destinam-se a pagar ao Sistema Intermunicipal Simarsul. A lei impõe que este tipo de pagamento decorra debaixo desta designação.

- quanto às horas extraordinárias há a noção que a verba que foi inscrita no orçamento inicial ficaria aquém daquilo que seria preciso realizar. Havia uma verba indicada e a definir, que neste momento é imputada concretamente à rubrica das horas extraordinárias. Ainda assim o reforço deste Orçamento significa uma quebra em relação ao Orçamento do ano passado que vão esforçar por manter. Deve haver um conjunto de indicações relativamente à estrutura da Câmara no sentido da aplicação do trabalho extraordinário em situações que são as necessárias. Nunca foi assumido que o trabalho extraordinário fosse para deixar de existir, porque isso não é possível numa Câmara Municipal com um tão vasto e diversificado conjunto de intervenções. Existe sim uma orientação muito clara aos serviços da Câmara no sentido de que todo o trabalho extraordinário, que não for considerado indispensável, deve ser reduzido. Reconhece que o objectivo seria conseguir chegar mais ou menos a seis meses depois do Orçamento e reconhecer que o ano iria ficar muito aquém do ano anterior. A expectativa neste momento é que fique aquém.

- no que respeita aos Investimentos na Publicidade há verbas que são obrigatórias como por exemplo publicidade obrigatória, publicação em Diários da República, divulgação de concursos e que significa sessenta e seis mil euros que não é um valor incipiente. O Catavento custa cinquenta e sete mil euros, e é uma publicação que tem uma função indispensável junto da comunidade. Cumpriu-se uma função, que é uma obrigação legal, que é informar os cidadãos

acerca de como a autarquia funciona, acerca da actividade municipal e das políticas municipais que é uma coisa a que têm direito. Compreende que pudesse haver opções diferentes mas esta opção é absolutamente séria, consciente e ao contrário do que possa querer parecer muito longe de poder ser considerada um conjunto de verbas despesistas ou sobretudo mal gastas. Aproveita para recordar que o Boletim Municipal foi reconhecido como um dos melhores boletins, de um conjunto muito significativo de Câmaras Municipais, porque cumpria a sua missão que era informar os cidadãos. Para além das verbas que são obrigados a gastar em publicidade institucional, e em publicações obrigatórias, também há o dever de informar na generalidade os cidadãos mesmo que essa informação possa ser confundida como promoção de actividades que continua a ser um acto de informar.

Por último diz que não vai tecer considerações sobre questões que na sua opinião estão fora da discussão acerca da revisão orçamental, mas refere o desenvolvimento que o Concelho de Palmela tem tido. Prova disso é um conjunto de indicadores, que não são divulgados pela Câmara Municipal, e ainda investimentos que se vai tendo nota. As políticas que a Câmara Municipal tem desenvolvido, e o esforço que tem sido feito, para por um lado se constituir parceiro e por outro lado para tornar um Concelho atraente para a instalação de determinado tipo de projectos, e de desenvolvimento económico, são a prova de que Palmela é um Concelho que continua a atrair pessoas e onde se sentem bem. Apesar de não ser a opinião dos membros da Assembleia, que representam a oposição, os cidadãos reconhecem em trinta anos que esta é a melhor forma de fazer política e é a melhor forma de defender o Concelho e os interesses desses mesmos cidadãos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém quer intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação à opção que a Câmara defende sobre a comunicação, a opção é a da Câmara e da sua Presidente e não contempla minimamente a posição da oposição. Aproveita para pedir que, sem grande esforço orçamental, cumpra o estatuto da oposição. Relembra que o Partido Socialista é o único a ter direito a este estatuto, tal como está previsto na lei, uma vez que é o único partido que não aceitou pelouros. Deste modo gostaria que o Partido Socialista em Palmela fosse informado atempadamente de toda vida politica e actuação na Câmara Municipal, uma vez que é um direito constitucional e decorre da democracia e que é válido quer para quem está no poder quer para quem está na oposição. Termina dizendo que se houver entendimento desta forma, concerteza que a prática democrática será mais valorizada e serão encontrados pontos de debate de uma forma substantiva.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PS e 5 abstenções (4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

2 – Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Município de Palmela para o mandato 2006/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que se considerarmos nesta proposta o aumento das transferências de competências para as freguesias de Marateca, Quinta do Anjo e Palmela e as inerentes verbas, verifica-se que estas absorvem mais de cinquenta por cento do reforço global para as cinco freguesias neste ano de 2006. Tendo em conta que as verbas transferidas para a delegação de competências das freguesias teve no ano de 2005 um valor global de um milhão cento e vinte e seis mil quinhentos e oitenta e sete euros e este ano o reforço de verbas traduz-se num euro por munícipe de Palmela. Este é o reforço que nós temos. Como todos sabemos da preocupação da Sra. Presidente da Câmara em reduzir os custos supérfluos, tem a certeza que em 2007 o reforço global vai ser muito maior para as cinco freguesias.

Sr. Carlos Guinote do BE, em relação a este ponto já tinha dito anteriormente que tomaria uma posição adequada aquilo que é o pensamento do Bloco de Esquerda quanto à democracia e à relação entre a Câmara e as Freguesias. Não se vai debruçar muito sobre as verbas que são irrisórias para uma vila como Palmela, ou uma vila como Pinhal Novo, e para todas as outras com uma dimensão menor. A sua intervenção vai no sentido do método, como se chegam a estes valores. Não custa nada dizer que a decisão que a Câmara toma para atribuir estas delegações de competências é arbitrária, depende da sua vontade. O que nós gostaríamos que acontecesse é que as decisões não fossem arbitrárias, é que houvesse regras para chegar a determinados valores uma vez que as competências são muito poucas. O Bloco de Esquerda preconiza um método diferente de chegar às responsabilidades das freguesias e não corresponde de maneira nenhuma à democracia participativa que nós defendemos. Há muito para dizer nesta área mas aproveitará outras ocasiões para desenvolver o pensamento quanto às atribuições das Juntas de Freguesia, que não deixaria de passar por uma maior atribuição de competências.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, como regra acha que é necessário devolver às freguesias mais competências de uma forma perfeitamente natural. Em tudo aquilo que tem a ver com acções de proximidade é óbvio que são as freguesias as entidades mais bem colocadas para satisfazer os interesses dos munícipes. No entanto temos que ter a consciência das dimensões das freguesias, das suas fragilidades e da existência de outras entidades territoriais mais abrangentes os municípios, regiões administrativas e própria republica portuguesa. Não podemos ter a tendência de considerar as cerca de quatro mil freguesias de Portugal como uma espécie de republicas federadas. As freguesias são o primeiro degrau num conjunto complexo que termina na republica portuguesa. Pensa ser necessário dar mais competências em tudo o que tem a ver com a proximidade porque é uma regra básica e natural da vida das colectividades. A oposição como sua função primeira critica mas nem sempre diz mal. Neste caso concreto, diz que os parâmetros

que foram definidos para atribuição de verbas às freguesias têm a vantagem de ter consistência e objectividade ainda que alguns sejam discutíveis, como sejam a atribuição de verbas para os espaços educativos que poderão ter a ver com o número de metros quadrados das escolas mas que poderia ser com o número de alunos. Há algumas regras que em função da experiência poderão a vir a ser alteradas. No entanto acha que é um avanço interessante haver neste momento um conjunto de parâmetros com consistência, e que ao serem aplicados permitem reduzir a discussão quanto à arbitrariedade da concessão de verbas às várias freguesias. Nos vários protocolos as competências concretas delegadas nas freguesias não são exactamente as mesmas, porque diferem ligeiramente consoante as características de cada freguesia, o que lhe parece ser uma boa política. Nos vários protocolos fala-se sempre na necessidade de acertos. Espera que esses acertos sejam aquilo que a palavra significa e que não venham a subverter a distribuição de verbas de acordo com estes parâmetros.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apresenta cumprimentos. Relativamente a este assunto não poderia deixar de tecer algumas considerações. Em primeiro lugar gostaria de convidar os Srs. Membros da Assembleia Municipal a "mergulharem" um pouco mais profundamente sobre a legislação autárquica, não apenas no 169/99 com as alterações introduzidas pelo 5 A /2001 para se começar a perceber o que são matérias delegáveis ou não, para depois se fazer outro exercício que é conhecer as práticas noutros concelhos deste país. Crê que a grande questão que se coloca hoje em matéria de atribuição de novas competências para a autarquia/freguesia passa naturalmente pela vontade da administração central. Há um conjunto de competências que hoje já são delegáveis pelos municípios para as freguesias que poderiam de imediato passar a ser competências próprias das freguesias, sendo o financiamento para o exercício dessas competências proveniente do fundo de financiamento das freguesias do Orçamento Geral do Estado. Um segundo aspecto informa que estes protocolos foram fruto de negociação de várias reuniões de trabalho muito produtivas, que contaram por um lado com propostas das freguesias com os seus anseios de novas competências e responsabilidades, e que com a sua experiência do terreno permitiu aos serviços municipais aproximarem-se um pouco mais dos valores de referência para a execução de determinadas competências. Deste trabalho resultou, em seu entender, um documento muito mais rico que o anterior que introduz aspectos importantes com algumas especificações técnicas dos trabalhos a executar como é a avaliação da execução das competências delegadas, matéria sobre a qual as freguesias nunca temeram prestar contas à Câmara Municipal da forma como executam as competências e se efectivamente realizam e aplicam as verbas que recebem no exercício dessas mesmas competências. Outro aspecto a referir é um aspecto que individualiza o Município de Palmela de outros municípios. Conhece outras experiências de delegação de competências, e no âmbito da ANAFRE tem havido muitas discussões sobre a matéria, as experiências são diversificadas mas há de facto umas mais ricas do que outras. Na península de Setúbal há muito que se trabalha em prol da descentralização efectiva e as freguesias têm vindo a beneficiar, mas sobretudo as populações é que têm vindo a beneficiar dessa descentralização. O aspecto que individualiza o nosso Município pela positiva é o facto da Câmara Municipal, para além de transferir as verbas para cada uma das competências que passa a ser exercida pela freguesia, ter também uma outra comparticipação nos custos

indirectos resultante do exercício das competências delegadas. A verba global, a forma e os critérios de ponderação que foram encontrados para se achar a verba por freguesia são inovadores no nosso Concelho já alguns anos. São balões de soro que permitem às freguesias para além de executarem as competências terem algumas verbas, porque a máquina operacional vai ter outros custos, vai necessitar de adquirir equipamentos e de afectar pessoal à coordenação das tarefas. Esta verba é muito importantes e é um aspecto a aplaudir por parte desta prática do Município de Palmela. Por último refere que a freguesia de Pinhal Novo gostaria de ter mais competências delegadas, pelo que em tempo próprio tem feito chegar à Câmara Municipal esse desejo, nomeadamente, e uma vez que são uma freguesia eminentemente urbana, as questões de publicidade e ocupação da via pública, a conservação da sinalização horizontal no que diz respeito às passadeiras. Termina dizendo que este documento para além de estar substancialmente melhorado e para além de corresponder às expectativas das freguesias do Município, é um documento que está por ora terminado mas a matéria da delegação de competências não está fechada. Ao longo deste mandato poder-se-á evoluir para outras competências delegadas, e essa abertura para continuar a descentralizar deixa-nos uma réstia de esperança. O nosso objectivo não é ter poder e ter meios só para ter o poder, mas sim queremos ter as competências nas tarefas que podem servir melhor as nossas populações, porque doutra forma não vale a pena ter competências porque os serviços municipais podem executá-las.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz ter um apreço especial pela bondade democrática do Dr. Bracinha Vieira em relação à ideia de democracia, mas a freguesia não pode ser uma pequena república. Em relação à intervenção de Álvaro Amaro quando diz que é preciso conhecer a legislação autárquica, diz que não está aqui por legalismo uma vez que há coisas que nós temos que "passar por cima" porque se assim não fosse não se tinha feito o 25 de Abril. Queria chamar a atenção para a diferença que a esquerda tem que fazer dos outros partidos, porque a prática de transferir competências para as freguesias é uma coisa comum em todo o país, umas melhor outras pior. Nós achamos que devemos fazer a diferença, e a diferença é ouvir o cidadão. Dá como exemplo a rotunda junto ao Modelo em Pinhal Novo, dizendo que se o cidadão tivesse sido ouvido há muito que aquele acesso teria sido mudado com a entrada pela parte da frente. Não é só um problema de transferir verbas para a freguesia, é a opinião daquilo que se faz em cada freguesia. Este é o objecto da sua intervenção. O seu antecessor também falou no peso que os serviços técnicos poderiam ter para fazer certas apreciações. A própria Câmara poderá dar conhecimento, porque sem informação não há democracia e não há opinião. Os cidadãos têm que se habituar à participação mas para isso têm que ser informados do que se faz, e muitas das coisas surgem feitas e os cidadãos confrontam-se com elas. É esta a diferença de uma esquerda que se quer diferente, progressista e que seja capaz de dizer que amanhã o cidadão não vem dizer "eles fizeram", esta é que é a grande diferença.

Sr. Faustino Santos do PS, apresenta cumprimentos aos presentes. Diz que vai falar de verdades e de coisas que lhe cabe falar. Vai falar de coisas sérias, coisas que põem em causa, para o bem ou para o mal, a gestão de uma Junta de Freguesia. Começa por louvar a Câmara Municipal pela forma democrática e consistente como efectuou a discussão dos protocolos que

manteve com as Juntas de Freguesia. Levou-nos a todos os termos a verificar onde é que podíamos ser mais bem sucedidos nessas conversações. Ao longo destes oito anos de mandato a Junta de Freguesia de Marateca tem assinado protocolos com a Câmara Municipal. Este foram extremamente bem discutidos, e a partir deste ano passou-se a ter uma base concreta para podermos assentar as nossas discussões em futuras negociações. Foi um trabalho bem feito, coisa que não acontecia até aqui, porque uns recebiam mais e outros recebiam menos, e procurando o que o justificava a resposta era sempre muito vazia. Hoje é diferente porque há uma base. Referindo-se à questão colocada pelo Dr. Bracinha Vieira diz que em relação às escolas a base foi bem encontrada. Se fosse pelo número de alunos, Marateca tem escolas com dez alunos, receberia muito pouco e a área a tratar é a mesma tenha muitos ou poucos alunos. Refere aumentos substanciais nalguns protocolos como é o caso da rede viária e limpeza de fossas. Isto tudo fazia-o pensar que Marateca em 2006 iria ter um aumento não muito substancial, porque estamos em tempo de vacas magras, mas um pouco melhor que 2005. Acontece que todos os protocolos foram bem discutidos, foi aceite pela Freguesia e não houve forma de contestar, chegando a consenso em todos os termos. Estava convencido que isso seria a base real para hoje, conferindo todos os números, e que teria um aumento global de pelo menos dois vírgula três por cento. Depois de tudo isto não teve um aumento que suplantasse os dois vírgula três por cento em termos de inflação. Refere que o aumento de 2005 para 2006 é apenas de um por cento, apesar do esforço feito pela Câmara para não baixar nenhum protocolo e de ter sido protocolado um novo. Teve um aumento de um por cento por uma simples razão, levou um corte na parte que não foi discutida em protocolo. A verba atribuída em custos indirectos não é discutida em protocolos, o seu valor é uma decisão da Câmara Municipal e foi aqui que teve uma diminuição de sete por cento. De 2005 para 2006 tem um valor menor de quatro mil quinhentos e trinta e oito mil euros. Numa altura em que pensava que em termos de compensação pelo serviço executado durante oito anos, que nunca fez protocolar à Câmara Municipal, que são os espaços verdes e jardins onde colocou regas automáticas, podou arvores nas escolas e espaços públicos, seria compensado por um pequeno aumento nos custos indirectos. Para sua surpresa aconteceu o contrário. É uma decisão municipal que não pode criticar, porque se mandasse na Câmara não sabe o que faria. Chama a atenção aos membros da Assembleia Municipal, que apoiam a maioria, de que no futuro não podem em qualquer acto público, de sentido político, acusar a Junta de Freguesia de Marateca ou o seu Presidente de não ter executado obras porque não quis, ou porque se serviu do dinheiro, ou porque gastou mal gasto. Tem que ficar claro que se não o fez é porque não teve meios para isso. É pena porque tem estado à frente da Junta de Freguesia ao longo destes oito anos não para defender interesses próprios, mas sim os interesses da sua população. Marateca é uma das freguesias, dada a distância da sede do Concelho, que mais intervém em espaços que são da responsabilidade municipal. Intervem diariamente na limpeza de valas e bermas das estradas asfaltadas não porque lhes compita mas sim para servir as pessoas. Nunca reclamou porque sempre considerou que era dessa verba que a Câmara compensaria a Junta e agora teve a redução de verba. Sabe que um dos factores para se achar esta verba tem a ver com o número de habitantes, o que para as freguesias de Marateca e Poceirão não chega porque assim nunca mais se aproximam daquelas freguesias que têm vinte ou trinta mil habitantes e têm outras coisas que estas freguesias não têm. Acha que tem que haver uma condescendência

em relação às freguesias mais necessitadas para que não haja tanta discrepância. Este facto é tão mais penalizante porque a freguesia de Marateca não tem receitas próprias e vive das verbas do Fundo Fomento das Freguesias e dos protocolos da Câmara Municipal. Não querendo maçar os presentes com dados que tem em seu poder, diz que acredita na bondade da Sra. Presidente da Câmara Municipal, e no seu bom senso, para ao longo do ano poderem conversar porque há a possibilidade de ainda recuperar alguma coisa desde que haja vontade para o fazer. Não está aqui para defender ninguém politicamente, mas sim para defender a Marateca que é a sua freguesia. Refere, ainda, que propôs a celebração de mais dois protocolos que não foram concedidos. Um era a recolha de monos que já é assumida pela Junta e o outro protocolo tem a ver com a conservação da rede viária com a reparação dos pequenos buracos, uma vez que já possuem os meios para o fazer. De qualquer modo tem esperança de a situação poder ser alterada. Termina pedindo desculpa pelos seus desabafos mas ficou mais aliviado consigo mesmo, porque não é fácil. Para quem não liga às coisas e faz disto uma brincadeira não custa nada, mas quem faz as coisas por dedicação e amor a uma terra que é a nossa, onde nascemos, fomos criados e vivemos com a nossa família, custa-nos muito mais do que aquilo que as pessoas pensam.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, inicia participação nos trabalhos cerca das 22,25 horas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se há mais alguma intervenção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que depois deste justo desabafo do companheiro de bancada Presidente da Junta de Marateca e apesar da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Pinhal Novo, com a referência e explanação da legislação, diz que a enumeração da delegação de competências citada não é exaustiva e cabe à Câmara Municipal, em diálogo com os cidadãos, promover essa delegação de competências para além das obrigatórias. Quando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca aqui desabafou abriu o coração porque vive o dia a dia com as suas populações. Disse que acreditava na Sra. Presidente da Câmara porque é a primeira figura do Concelho a quem cabe as grande opções e a governação da coisa pública. Pessoalmente também acredita no Menino Jesus e num acto optimista todos os dias acredita. Isto é uma figura de retórica se não não estávamos aqui a fazer oposição, porque estamos a contribuir para algo com alegria e muita convicção, pelo que não abdica nem pede desculpa por ser oposição. Assumiu o mandato que lhe foi dado com a responsabilidade que tem perante quem o elegeu. Quando por vezes a bancada do poder se agita, sente-se satisfeito por ter acertado em cheio naquilo que eles fazem de mal e que os incomoda. Mas não é esse o caso. A CDU sabe qual foi a posição do PS, na reunião pública de Câmara, em relação à celebração dos protocolos uma vez que acharam ter havido um esforço substantivo nessa celebração. Mas também referiram que as assimetrias das freguesias mais pobres como Marateca e Poceirão se mantiveram e talvez se exacerbaram. É nossa função enquanto oposição celebrar o que é bem feito pela Câmara, e no geral foi bem feito, mas a Sra. Presidente deverá estar mais atenta para as assimetrias que se vão gerando nas freguesias de cariz rural. Deste modo dar-lhe-ão o benefício da dúvida pelo que irão votar favoravelmente a proposta.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém quer intervir. Não havendo intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, em relação às questões que lhe foram colocadas quer deixar claro que não há protocolos ou delegação de competências obrigatórias na relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. A delegação de competências é uma recomendação mas, ainda assim, é uma prática que continua a ser desenvolvida de forma desigual entre autarquias no sentido global. Entre Câmaras Municipais relativamente à postura que adoptam em relação às autarquias freguesias e relativamente à postura que a as autarquias freguesias assumem em relação às Câmaras Municipais. Não há situações minimamente uniformes no país, inclusivamente em relação à necessidade de indicadores objectivos foi com grande esforço que se procurou conhecer individualmente práticas noutras Câmaras pedindo quer à ANMP quer à ANAFRE todas as referências que existem em relação a esta matéria. Constatou-se que aquilo que se tem vindo a praticar na Câmara Municipal de Palmela e que se propõe nesta nova delegação de competências, está claramente para além daquilo que se faz em média no país. Temos alguma tradição e responsabilidade no início deste processo de relação e descentralização de tarefas e funções para as Juntas de Freguesia, reconhecendo o princípio de que há certas funções que são desenvolvidas com maior competência, maior eficácia e mais eficiência pelas Juntas de Freguesia. As nossas propostas de delegação de competências têm vindo a aumentar ao longo dos anos em função desse princípio. É verdade que nalguns casos aconteceu a devolução de competências. Em casos concretos em que ao longo do exercício do mandato, ou num ano, em que se percebeu claramente que havia algumas tarefas que objectivamente não podiam ser executadas nas condições ideais pelas Juntas ou Juntas de Freguesia que deu origem à revisão da situação. Relativamente à proposta apresentada este ano, houve apenas uma situação muito concreta colocada pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo que foi recusada por se considerar que não estavam reunidas as condições objectivas para delegar esta competência. Refere como exemplo o caso concreto da publicidade que era uma das questões que a Junta de Freguesia de Pinhal Novo reclamava e que a Câmara Municipal considerou não estarem reunidas as condições para delegar numa Junta esta competência. Achamos que ainda há muito trabalho para fazer no Concelho e esse trabalho tem que ser global, harmonioso, com critérios municipais pelo que essa competência deveria ser desenvolvida pela Câmara Municipal. Globalmente foi esta a questão que mais nos dividiu. Houve outra questão levantada pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo que ficamos de analisar e que tem a ver com os sanitários do Largo José Maria dos Santos. Em nossa opinião, e nalgumas das intervenções dos Srs. Membros da Assembleia este facto foi reconhecido, a proposta deste ano assenta claramente num conjunto de melhorias que foram conseguidas relativamente aos textos anteriores. Os textos são muito mais claros, não só para a Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia mas também para o órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal. Temos um conjunto de especificações técnicas que foram definidas e que acompanham cada uma das competência delegadas e que permitem, quer à Câmara Municipal, aos eleitos, aos técnicos mas sobretudo às Juntas de Freguesia saber com rigor que intervenções têm que desenvolver em cada área. Isto é, as suas intervenções nas escolas está

balizada, as suas intervenções na rede viária estão definidas tecnicamente. Este foi claramente um ganho de qualidade nos protocolos que estabelecemos este ano e foi reconhecido por todas as Juntas de Freguesia. Aproveita para dizer que todas as Juntas de Freguesia, sem excepção, ajudaram extraordinariamente neste trabalho e se é possível hoje termos um trabalho mais rigoroso, critérios definidos, aferidos relativamente aos anos anteriores deve-se em grande parte ao trabalho que as Juntas desenvolveram. A proposta da Câmara Municipal relativamente à rede viária era muito diferente da que foi aprovada. Foi por algumas insistências e por elementos de prova, que as Juntas de Freguesia fizeram, que se chegou ao valor que temos hoje e que é claramente superior ao que era praticado anteriormente. Apenas como exemplo havia um valor definido no anterior mandato de quatrocentos e sessenta euros por quilómetro e neste momento a proposta é de quinhentos e quarenta euros. Há claramente um aumento, não porque a Câmara Municipal tenha mais dinheiro mas porque assumimos e reconhecemos que o valor que estava a ser praticado era insuficiente face às exigências técnicas que se colocam. Este ano fizemos um trabalho muito longo de aferição, correcção e definição rigorosa dos critérios. Quando se está a falar das verbas que são atribuídas por despejos de fossas, para a colocação de placas toponímicas, dos quilómetros que cada freguesia tem de rede viária foi necessário fazer, com a colaboração dos Srs. Presidentes das Juntas, nalguns casos trabalhos de contagem exacta dos elementos em observação. Isto levou a uma situação que os Srs. Presidentes das Juntas compreenderam que foi uma definição muito rigorosa e alguns casos claramente inferior a números com que trabalhávamos no mandato anterior. Isto tem que ser dito porque é a única coisa que justifica globalmente a situação de Marateca. Em relação à situação de Marateca, diz que globalmente os protocolos aumentam mais vinte e quatro vírgula oito por cento. Temos a noção e a consciência, e ao mesmo tempo o constrangimento desta situação. Pedindo desculpa ao Sr. Presidente da Junta por estar a contrariar os números apresentados, diz que a freguesia de Marateca cresce dois vírgula setenta e cinco por cento e não um por cento como foi referido. Concorda que continua a ser muito pouco, mas os números e os critérios não podiam ser mais objectivos. Explica que globalmente há crescimentos muito acentuados em algumas freguesias porque há também a concentração de novas competências. A freguesia de Palmela cresce significativamente por um lado porque tem novas competências no domínio da higiene e limpeza de espaços públicos, na reparação, conservação e manutenção de pavimentos em calçadas em determinadas zonas pedonais, na conservação de equipamentos desportivos descobertos e na limpeza de escolas e por outro lado houve uma actualização de valores como por exemplo o número de salas de aula que tinha anteriormente. Se formos dissecar os protocolos e se virmos o valor que é atribuído a cada sala de aula, vamos perceber que no caso da freguesia de Palmela com a nova escola de Aires cresceu brutalmente a verba para as escolas. Já ao contrário no caso de Marateca, como tinha já sido corrigido no ano anterior as verbas destinadas às escolas, a verba cresce de forma insignificante e vai perder noutras rubricas. Nas escolas Marateca passa de um valor que era vinte cinco mil euros para vinte nove mil euros, com base num critério objectivo que tem a ver com metros quadrados, número de salas, etc. Uma outra coisa que resulta em desfavor de Marateca é que foi corrigido em concreto o número de placas toponímicas que é inferior ao número praticado no ano transacto, foi reduzido o número de quilómetros, foi reduzido o número de metros cúbicos de fossas que eram despejadas. Contra isto é impossível alterar

dados num trabalho que ser quer, e tem vindo a ser, mais rigoroso para poder compensar Marateca que claramente saiu desfavorecida deste protocolo. O Sr. Presidente da Junta sabe que estão disponíveis para continuar a trabalhar sobre outras áreas que mesmo especificamente possam significar alguma vantagem para esta freguesia. Chama ainda a atenção para um outro pormenor que ajuda a definir aquilo que o Sr. Presidente da Junta invocou, e muito bem, como sendo os custos indirectos. No fundo tudo aquilo que tem estado a falar até à data são critérios e indicadores que depois nos permitem chegar ao valor que é transferido para cada uma das freguesias, em função da diversidade e de um conjunto de competências que tem e das características específicas como o número de quilómetros e salas de aula, etc. Existe ainda uma outra verba que insistimos em manter, apesar de hoje em dia o Orçamento de Estado já proceder a uma transferência directa para as Juntas de Freguesia, que é muito recente. A esta verba chamamos comparticipação nos custos indirectos de gestão dos protocolos, o que quer dizer que foram transferidas para as Juntas de Freguesia competências e meios para o exercício dessas competências. Concretamente pagamos o custo teórico do exercício da competência. Há um custo que não se pode pagar à Junta de Freguesia que é o custo que a Junta vai ter pelo facto dos seus funcionários passarem a ter nalguns casos um acréscimo de tarefas administrativas que não podem ser contempladas directamente nos protocolos. Chamamos a isto custos indirectos e assumimos que dez por cento das verbas recebidas do Orçamento de Estado são transferidos para as Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia têm limitações a nível de pessoal, porque não têm possibilidade de contratar pessoal e de aumentar os seus quadros para exercer um conjunto de novas competências. Esta é uma das limitações ao aumento ilimitado das transferências de competências. Continuará a haver competências que são bem desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, mas há um equilíbrio que se tem que manter. A partir de um determinado ponto as Juntas de Freguesia para exercer uma determinada competência teriam que contratar encarregados e não tem essa possibilidade no quadro de pessoal. Os custos indirectos são definidos da seguinte forma: uma verba única por cada freguesia, que significa seis por cento; quarenta por cento são atribuídos à densidade populacional; dois por cento para os loteamentos aprovados; sete por cento para as competências delegadas; quarenta por cento para a área geográfica; cinco por cento para os edifícios existentes. Oitenta por cento da verba é distribuída de forma igual, ou seja tendo em conta a densidade populacional e a área geográfica. Este foi um critério que as Juntas acharam justo dentro do possível para encontrar a repartição de verbas. Quando o Sr. Presidente da Junta diz que perde dinheiro e que contava com esta rubrica para ver compensadas as outras situações não é possível. As competências delegadas têm uma verba mínima mas prejudicou relativamente Marateca porque tem menos competências delegadas. É o conjunto destes indicadores que vem dar no final um aumento muito insignificante de dois vírgula setenta e cinco por cento e não um aumento significativo como é o caso de outras freguesias. Termina dizendo que não tem dúvida que tentaram trabalhar com muito rigor, confessando que se tivesse indicadores que superassem estas diferenças não hesitaria em reter este trabalho mais tempo e tentar introduzi-los. Como não encontrou, aceita sugestões mas há coisa que este trabalho não pode ser atacado que é o de ter sido feito levianamente, ligeiramente e sem atenção aos argumentos de cada um. Daqui para o futuro tal como aceitaram sugestões e propostas que melhoraram este conjunto de protocolos estão disponíveis para continuar a fazê-lo.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD) e 1 voto contra do BE. Aprovado em minuta.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta declaração de voto dizendo que gostaria de ressalvar uma questão que lhe ficou em dúvida e que gostaria de colocar à consideração da Sra. Presidente da Câmara. Pelo facto de ter votado a favor considera que é injusto que duas freguesias como o Poceirão e Marateca para atribuição dos custos indirectos serem atribuídos a estas duas freguesias quarenta por cento para a densidade populacional quando têm um aumento de população, mensalmente, mais do que qualquer outra freguesia só que é em clandestinos e não é contabilizado. Pede à Câmara Municipal de Palmela para que leve isto em consideração para futuras negociações com estas duas freguesias.

3 – Participação da Câmara Municipal de Palmela na constituição da AGENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém quer intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que a documentação distribuída é um manual em inglês e um pequeno ópusculo em português (estatutos) que acha deveria ter sido distribuído a todos os elementos da bancada. Não faz sentido que não tenha sido porque é um pequeno volume.

Sr. Presidente da Mesa, diz que esta chamada de atenção tem razão de ser e estava convencido que tinha sido distribuído por todos.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, acha que esta proposta para além do seu carácter inovador é muito importante na perspectiva de dinamizar um desenvolvimento sustentável. O problema da energia é um problema importante e todos nós o sentimos tendo-se tornado um problema central e actual da agenda política basta atentar a evolução dos preços do petróleo. Acha altamente positiva esta iniciativa, mas há um ou dois aspectos que não compreendeu muito bem pelo que solicita esclarecimentos à Sra. Presidente. Quando se fala no consórcio entre esta Agência que compreende Setúbal e Palmela e as cidades italianas de Cosenza e Catanzaro, não percebe muito bem em que é que consiste este consórcio. Consórcio é um conjunto de entidades que se formam que com certos meios prosseguir certos fins. Pensa que nesta caso consórcio tem um sentido diferente. No projecto de estatutos verificou uma ou duas coisas que merecem relevância. No artº. 11º. Nº. 3 b) não é normal que as listas de candidatos para os vários órgãos de uma associação sejam propostas pelo Conselho de Administração, mas pode haver alguma

razão para isso. No mesmo artº. 11º. mas no nº. 7 não concorda que os órgãos sociais sejam destituídos a todo o tempo porque são eleitos para um mandato, por isso devem cumprir um mandato até ao fim a não ser que algum dos seus titulares cometa alguma falta grave. A última objecção tem a ver com o artº. 23º. que diz que o Conselho de Administração é composto por oito membros, um presidente que terá de ser eleito, o vice-presidente e seis vogais. Gostaria que lhe explicassem porque razão um é eleito e os outros não porque é um regime um bocado arrogante em relação à normalidade institucional.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, acha que a discussão desta matéria está um pouco prejudicada porque o documento não foi distribuído por todos. Alguns de nós têm o privilégio de ler inglês, mas também lhes metem espécie um documento comunitário estar redigido em inglês e enviado para a Assembleia Municipal que é portuguesa. O documento que está escrito em inglês é extremamente importante porque contém todas as informações sobre a matéria. Partilham da mesma opinião que o Dr. Bracinha Vieira porque foge à nossa lógica este tipo de organizações. Sem pôr em causa o que lhe parece estar subjacente à fundação desta Agência, e que é louvável e todos os esforços tornam-se candentes que sejam feitos, acha no mínimo estranho algumas questões. É uma questão muito importante. Votar por votar nunca votámos e votar sem estar esclarecidos muito menos. Na proposta refere que a Agência é formada por Setúbal e Palmela e por mais dois elementos do consórcio mas lendo o documento verifica que há dois elementos que são italianos e depois Setúbal e Palmela que nem sequer assinam o protocolo vinculativo perante a comunidade europeia (pág 33 do documento). Refere a página 38 do documento e diz que acha estranho não estarem representados os agentes locais, regionais ou nacionais de energia. Apesar de não ser matéria do seu conhecimento acha estranho este facto. É louvável a iniciativa dos municípios de Palmela e Setúbal nesta matéria, mas afasta qualquer representante desta área pelo que gostaria que lhe explicassem a razão. É um assunto vastíssimo para ser votado aqui de forma ligeira e há muitas questões que necessitam ser esclarecidas como é o caso dos custos. A bancada do Partido Socialista não se sente nada há vontade para votar em consciência, ressalvando no entanto a bondade subjacente à formação deste tipo de agência.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que poderia colocar algumas questões sobre os Estatutos, mas corroborando a posição do Dr. Miranda Lemos é de facto um bocado inaceitável que se receba um documento em inglês. Não há de facto condições para se discutir questões tão importantes. Parece-lhe que as bancadas deveriam colocar as questões que têm a colocar ao executivo e o assunto voltar posteriormente a ser discutido na Assembleia. Por fim pergunta qual o motivo de na designação da agência conter a palavra Arrábida.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes. Propõe ao Sr. Presidente da Mesa para junto da Sra. Presidente da Câmara ver da hipótese de traduzir o documento para posteriormente ser entregue para além dos líderes de bancada ao Presidente da Comissão Permanente respectiva para que pudessem reunir e ter alguns esclarecimentos em relação à matéria, e ser submetido a deliberação numa próxima sessão da Assembleia. As dúvidas aqui trazidas são todas pertinentes porque não está em causa a bondade da decisão,

uma vez que todos os que intervieram estão de acordo. O que está em causa é a questão formal e a questão da Assembleia estar devidamente informada sobre aquilo que vai aprovar, o que é fundamental e a razão de todos estarmos aqui.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, em primeiro pede desculpa por ter chegado atrasado, mas motivos profissionais não lhe permitiram chegar de norte ao sul no tempo que desejava. Reforça o que anteriormente foi dito pelos seus colegas, acerca desta matéria, no sentido de se votar em consciência uma proposta desta importância e que tem a ver com a missão/objecto da Agência em si. Pensa que já foram referidos alguns dados do ponto de vista financeiro que está aprovado para a Agência, mas pensa não estar muito detalhado qual é o trabalho permanente e efectivo que se pretende com esta Agência. Fala-se de uma promoção e utilização racional de energia, realização de fontes de energia renovável que são de particular importância, a melhoria da qualidade do ambiente e desenvolvimento sustentável. Pergunta com que plano, com que objectivos, quais os passos a dar, o que há a fazer do lado português e do lado italiano, o que há a fazer nos nossos concelhos, qual o plano a que se atribui as verbas que já foram referidas. Pensa que há dados que têm a ver com o próprio conteúdo do conjunto de actividades e do plano que é preciso desenvolver relativamente a esta Agência e o que é que é esperado para o ano 2006 e seguintes. Pensa que é mais uma falha que conviria colmatar e que, juntamente com as criticas que já foram feitas, pensa que mereceria uma reflexão mais aprofundada para que se pudesse votar em consciência, numa próxima oportunidade, um assunto que merece bastante interesse.

Sr. Presidente da Mesa, diz que teve o pressentimento que seria bom ter dado a palavra inicialmente à Sra. Presidente da Câmara porque era capaz de ter evitado algumas das questões agora colocadas, embora concorde com algumas. De imediato dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que o procedimento administrativo de distribuição de documentação foi feito da forma habitual, apesar de reconhecer que tinha sido bom ter chegado o exemplar dos Estatutos a cada um dos membros da Assembleia. Em relação à proposta diz que o tema da energia em geral, e a questão do uso racional de energias e as formas como se vão aplicar e fazer o uso das energias renováveis, é uma questão central hoje na nossa sociedade e na nossa comunidade e deve merecer a melhor atenção da parte de todas as instituições que têm alguma competência no assunto. A ideia não nasceu na Câmara Municipal de Palmela, fomos desafiados por parceiros da nossa região e instituições que estão atentas a estes temas. A União Europeia desafia em geral o conjunto dos países e comunidades locais a apresentarem projectos para intervir no domínio da utilização racional das fontes de energia, pelo que é criada uma medida que apoia a criação de Agências para intervir nesta área. Refere que as questões importantes não devem dividir as pessoas mas sim uni-las, e por isso não vai insistir com o tema e está disponível para o que for preciso, mas não quer deixar de referir que a documentação

entregue não vai aparecer traduzido em português. Hoje em dia ao trabalhar-se com directivas da Comunidade, quer se queira quer não se queira, tem que se lidar com o inglês e isso aconteceu com os serviços da Câmara. Hoje em dia temos que ter o esforço adicional de trabalhar com as regras que a Comunidade impõe, por isso é muito difícil estarmos a traduzir um documento que foi alvo de um trabalho maduro e intenso dos nossos serviços para contactar com as regras da Comunidade. Em relação aos Estatutos há questões muito específicas que são impostas por regras da Comunidade. A questão mais simples, mas que é uma das mais substantivas, tem a ver com a questão do eleito que é um eleito local. A Comunidade impõe que estas Agências se mantenham públicas e por isso tem que ser o sector público a assumir a liderança das Agências, por isso não se pode delegar a presidência num qualquer membro dos restantes parceiros que são privados. Outra questão que foi colocada tem a ver com estatuto de algumas empresas. Diz que é a equipa local portuguesa que identifica o conjunto de empresas que nosso território tem intervenção, interesse, vocação, função ou seja tem alguma coisa a ver com a questão das energias. É por aqui que aparece como eventuais membros a apoiar o projecto, este conjunto de empresas que está aqui referido. O papel destas empresas não é outro que não seja o seu interesse em reconhecer o papel da Agência em trabalhar com e para a Agência. A Agência vai ter que trabalhar com um plano de actividades que irá dizer em detalhe aquilo que se faz em cada território. Esta Agência foi o único projecto português apoiado e por isso a única Agência portuguesa em condições de ser constituída no meio de muitas propostas. A escolha terá tido a ver com o mérito da proposta e com características que a própria Comunidade entenderá que a região reúne e a proposta tem. O facto de surgirmos em consórcio não depende de nós é uma regra da Comunidade. A Comunidade aprovou vinte e quatro Agências no conjunto e determinou que não deveria ter vinte e quatro interlocutores, deveria ter um número bem mais reduzido e por isso as Agências tinham que se constituir em consórcio. No nosso caso concreto não somos nós que contactamos directamente a União Europeia mas sim o líder do consórcio que é a região de Consenza. Foi a União Europeia que propôs à candidatura portuguesa que fosse criado o consórcio com dois parceiros italianos. Em relação aos Estatutos, e a este conjunto de regras, a margem de manobra da Agência é relativamente reduzida. Dada a importância do assunto em discussão acha muito importante ser celebrado o mérito da proposta e sobretudo que nos envolvêssemos todos nela. Se o Sr. Presidente considerar indispensável adiar a votação desta proposta, a única coisa que pede é que respeite o calendário que é imposto, e que está a ser cumprido pelos parceiros, uma vez que a escritura tem que ser feita até trinta de Junho sob pena de se perder o financiamento que a Comunidade dá ao projecto. Deste modo a sessão da Assembleia terá que ser feita até início do mês de Junho. Termina dizendo que estão, e estarão sempre disponíveis, para responder à Assembleia quando os seus membros recebem uma proposta que por alguma razão não tem os elementos que entendem bem assim como em contacto prévio com o seu gabinete para marcação de reunião para esclarecimentos antes da realização da sessão da Assembleia.

Sr. Carlos Guinote do BE, pede à Sra. Presidente para esclarecer porque é a Agência denominada de Arrábida.

Sra. Presidente da Câmara, diz que tem a ver com o território sobre o qual a Agência vai intervir que é o dos Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal. A definição é uma questão de gosto e de elemento comum e central aos três concelhos. Esta Agência pode intervir muito mais longe, porque esta não é uma Agência destinada a intervir concretamente nestes três concelhos mas é composta por territórios que se definem em torno da Arrábida.

Sr. Presidente da Mesa, diz que ficou bem claro para todos que o documento não irá ser traduzido pelo que com o adiamento só se irá ganhar que cada um possa ter o exemplar dos Estatutos. Propõe que seja efectuado um pequeno intervalo para uma pequena troca de impressões antes de se tomar uma decisão.

Pelas 23,45 horas retomaram-se os trabalhos.

Sr. Presidente da Mesa, apesar de ser sua convicção que não se vai adiantar muito mas, de acordo com o que foi sugerido pelas várias bancadas, propõe a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no próximo dia 24 de Maio. Coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23,50 horas do dia 09 de Maio de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 09 de Maio de 2006